



ENSINO A DISTÂNCIA: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NA BRIGADA MILITAR

Amanda Martins Mondadori¹

Roberto dos Santos Donato²

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de natureza exploratória, com enfoque qualitativo e coleta de dados documental. Busca resposta ao seguinte problema: há espaço para a expansão do ensino a distância na Brigada Militar? Foram trazidas à baila as normas atinentes ao ensino e treinamento da Brigada Militar, que prevêem a existência de cursos de formação, graduação, especialização e extensão bem como as formas de treinamento, objetivando a qualificação, atualização e aprimoramento profissional. Foram abordados aspectos negativos e positivos da modalidade a distância e também mencionadas experiências exitosas nas Polícias Militares como a do Rio de Janeiro e Distrito Federal, que utilizam o EaD em cursos de ascensão funcional e atualização e aperfeiçoamento de seus efetivos, dentre outros. Na Brigada Militar foi descrita a experiência do Comando Rodoviário, Centro de Formação de Condutores e Departamento de Ensino. Foram lançadas possibilidades de ampliação do ensino a distância através da sua utilização na parte teórica do Plano Anual de Educação Continuada, possibilitando maior emprego do efetivo no policiamento ostensivo, pois não exige o afastamento das funções; utilização nos cursos de especialização, ampliando a capacitação e em cursos de nivelamento, para aprimoramento do exercício de funções administrativas.

Palavras-chave: Ensino a distância. Expansão. Brigada Militar. Capacitação.

[1] Capitã do Quadro de Oficiais do Estado Maior da Brigada Militar, formanda do Curso Avançado de Administração Policial Militar da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado à banca avaliadora como requisito obrigatório à conclusão do referido curso. Porto Alegre, setembro de 2018.

[2] Major do Quadro de Oficiais do Estado Maior da Brigada Militar. Mestre em Direito pela UNISCRS.

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se uma expansão do ensino a distância no país, visível através de uma diversidade de cursos de curta duração, cursos de profissionalização, cursos de graduação e pós-graduação bem como cursos militares.

Mas o ensino a distância já existe há muitos anos e atualmente estamos na terceira geração, iniciada a partir de 1990, marcada por ambientes interativos, com a possibilidade de acesso a qualquer tempo, com armazenamento de informações, através do meio digital. Na primeira geração, que iniciou em 1728 e foi até meados de 1970, o ensino a distância ocorreu por correspondência, por envio de material impresso e na segunda geração do ensino a distância, de meados de 1970 até 1990, houve a utilização de programas de rádio e televisão, aulas expositivas e fitas de vídeo, além do material impresso (Santos, 2013).

Recentemente, foi a edição do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que conceituou o ensino a distância, conforme segue:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Este trabalho tem por objetivo propor a ampliação do ensino a distância na Brigada Militar visto que já é desenvolvido no Comando Rodoviário da Brigada Militar, desde 2012, no Centro de Formação de Condutores, desde 2014, e, mais recentemente, pelo Departamento de Ensino da Brigada Militar, desde 2018.

Diante do exposto, surgem como objetivos específicos analisar a legislação de ensino na Brigada Militar; analisar os pontos negativos e positivos do ensino a distância nas polícias militares; apresentar experiências exitosas em outras polícias militares e no Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul; apresentar as experiências em ensino a distância na Brigada Militar e, por fim, analisar possibilidades de ampliação na Brigada Militar.

As duas formas mais corriqueiras de treinamento na Brigada Militar são: o técnico-profissional, hoje realizado através do Plano Anual de Educação Continuada, e o treinamento especializado, para atender demanda específica, como por exemplo, o Curso Básico de Policiamento Rodoviário, obrigatório aos que se apresentam no Comando Rodoviário da Brigada Militar.

O treinamento, de um modo geral, tem por escopo a capacitação e aperfeiçoamento contínuo e progressivo, extremamente necessários no cotidiano de qualquer instituição, que busca a qualificação da prestação do serviço.

É necessário, portanto, tratar deste assunto a fim desvendarmos se há interesse institucional de que o ensino a distância seja utilizado como mecanismo para a capacitação e aperfeiçoamento do efetivo da Brigada Militar, considerando-se a importância do ensino e treinamento para o efetivo.

Sabe-se que o ensino a distância tem sido cada vez mais utilizado no setor privado, mas também é uma realidade em crescimento no setor público. Neste sentido, as polícias militares também vêm aderindo a esta modalidade de ensino e, com isto, desfrutando dos

benefícios do avanço tecnológico. A modernização já chegou às polícias militares. Com isto é necessário rever a estrutura de ensino, no tocante à modernização dos processos de aprendizagem repetitivo.

Considerando que o ensino a distância já é uma ferramenta nacionalmente consolidada na educação, assim como já existem várias polícias militares que empregam esta modalidade, tem-se na presente pesquisa, a formulação do seguinte problema: há espaço para expansão do ensino a distância na Brigada Militar?

No tocante à metodologia, a pesquisa possui a natureza exploratória, pois este tipo de pesquisa tem por objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Na maioria dos casos, a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 1999).

No que se refere ao enfoque, a pesquisa é qualitativa, tendo em vista que não se detém em quantificações numéricas, mas no aprofundamento da compreensão de seu objeto (Perovano, 2014).

A pesquisa é de cunho documental, cujas fontes são muito mais diversificadas e dispersas, seguindo os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, e abrange documentos tais como entrevistas, ofícios, portarias, etc. (Gil, 1999).

A coleta de dados foi conduzida por meio de através de entrevistas estruturadas encaminhadas por e-mail ao Chefe do Centro de Motomecanização, ao Comandante do Comando Rodoviário da Brigada Militar e, ao Diretor do Departamento de Ensino da Brigada Militar. Além disso, foi feita uma outra entrevista estruturada encaminhada à Polícia Militar de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal, Acre, Roraima e ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul. As polícias militares de São Paulo, Paraná, Acre e Roraima não responderam à entrevista. Por fim, foi feita uma entrevista estruturada com o Comandante Rodoviário da Brigada Militar com objetivo específico de conhecer a experiência no Plano Anual de Educação Continuada a distância, a qual não foi respondida.

No capítulo segundo será abordado o ensino na Brigada Militar, através dos aspectos gerais da Lei Estadual nº 12.349 de 26 de outubro de 2005, Diretriz Geral nº 11 de 2001, Nota de Instrução de Ensino e Treinamento nº 01 de 2004 e Portaria SSP nº 052, de 2015, situando a prescrição quanto ao ensino e treinamento e verificando em cada dispositivo a previsão quanto ao ensino a distância.

No capítulo terceiro, serão tratados aspectos positivos e negativos do ensino a distância, nas polícias militares, apontados pela doutrina.

No capítulo quarto serão abordadas experiências exitosas em algumas das principais polícias militares e corpos de bombeiros militares e no Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.

No capítulo quinto serão trazidas experiências de ensino a distância na Brigada Militar, mais especificamente do Comando Rodoviário, do Centro de Formação de Condutores e do Departamento de Ensino da Brigada Militar.

No capítulo sexto serão abordadas as possibilidades de ampliação do ensino a distância na Brigada Militar.

2. O ENSINO NA BRIGADA MILITAR

A Lei Estadual nº 12.349 de 26 de outubro de 2005, institui o Ensino na Brigada Militar, com a finalidade de proporcionar a capacitação dos recursos humanos para o exercício dos cargos e funções previstos em sua organização bem como desenvolver o ensino médio, em suas modalidades, de forma preparatória para o ingresso na carreira de policial militar.

De acordo com a lei, o ensino na Brigada Militar destaca-se, dentre outros princípios, pela formação, aperfeiçoamento e qualificação continuada e progressiva.

A referida lei prevê as seguintes modalidades de cursos:

Art. 6º - O Ensino da Brigada Militar manterá as seguintes modalidades de cursos:

- formação, que assegura a qualificação inicial, básica para a ocupação de cargos e exercício de funções policiais militares, previstas para os cargos de nível médio, de acordo com o previsto no Plano de Carreira da instituição;
- graduação, que assegura a qualificação inicial, básica dos profissionais de nível superior, para a ocupação dos respectivos cargos e para o exercício de funções policiais militares, de acordo com o previsto no Plano de Carreira da instituição;
- especialização, que assegura, em nível de pós-graduação, a qualificação específica dos oficiais da carreira de nível superior, propiciando a ocupação de cargos e o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas;
- extensão, que amplia os conhecimentos e as técnicas profissionais, necessários para a ocupação de determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções ou exercício de atividades específicas ou especializadas.

Em nenhum momento, a lei faz menção às modalidades de ensino presencial ou a distância no ensino da Brigada Militar.

A Diretriz Geral nº 11 da Brigada Militar orienta os procedimentos para a qualificação, atualização e aprimoramento profissional das pessoas, com vistas à melhoria da prestação do serviço de segurança ao cidadão e, de igual forma, não disciplina nada acerca da modalidade de ensino a distância, pois que a norma foi editada em 2001 e não se cogitava à época um projeto tão arrojado.

A Nota de Instrução de Ensino e Treinamento nº 01 tem por finalidade estabelecer as atividades e os procedimentos mínimos a serem observados e desenvolvidos pela Corporação na área de treinamento, objetivando a qualificação, atualização e aprimoramento profissional de seus integrantes com vistas à melhoria da prestação de serviço de segurança pública ao cidadão.

Traz as figuras do treinamento específico a ser realizado por ocasião de serviço ou operação, com escopo de proporcionar conhecimento necessário e antecipado; treinamento técnico-profissional, cujo fim é desenvolver habilidades necessárias às suas atribuições, de caráter continuado e sistêmico, através do Plano Anual de Educação Continuada – antigo Plano Anual de Qualificação Profissional e, por fim, o treinamento especializado, para atender demanda específica, ainda sem mencionar o EaD.

A Portaria nº 672/EMBM/2017 do Estado Maior da Brigada Militar prevê quanto ao EaD que a dedicação exclusiva dos cursos vinculados à educação superior poderá ser

dispensada no ensino a distância e que os docentes receberão encargos didáticos de acordo com suas especificidades.

Com foco na contenção de despesas na Administração Pública, nos altos custos para a realização de cursos presenciais, quer pela percepção de diárias de viagem, quer pelo afastamento do servidor de suas atividades de rotina, na evolução da tecnologia da informação e comunicação e expertise já alcançada pela modalidade de ensino a distância e, ainda, na necessidade de integração e sistematização no ensino e treinamento de órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública, esta editou a Portaria SSP nº 052 de 2015, que, dentre as diversas prescrições, prevê a priorização de cursos na modalidade a distância para treinamento continuado, técnico profissional, extensão e habilitação para a ascensão funcional na carreira. A referida portaria tratou de vedar a modalidade de ensino a distância para cursos de formação inicial nas carreiras, que deverão ocorrer necessariamente na modalidade presencial.

Observe-se que não há nenhuma norma na Brigada Militar que delibere sobre a utilização da modalidade de ensino a distância, à exceção das prescrições pontuais da Portaria 672/EMBM/2017, o que torna possível sua utilização em qualquer das formas de capacitação elencadas, apenas não podendo ser utilizada nos cursos de formação, haja vista a prescrição da Portaria SSP nº 052 de 2015.

3. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ENSINO A DISTÂNCIA NAS POLÍCIAS MILITARES

Quando se fala em ensino a distância nas Polícias Militares, surgem muitos argumentos a favor e contra. Serão abordados inicialmente os argumentos contrários.

3.1 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

3.1.1 FORMAÇÃO PRESENCIAL

Um argumento contrário à implementação do ensino a distância seria sua utilização na formação policial militar.

A respeito da formação policial, há necessariamente que se abordar a questão da cultura institucional da corporação. O policial, a partir do momento em que ingressa na escola de formação até o dia a dia da atividade profissional, apropria-se de um saber policial (Caruso, 2016). Neste sentido, o ensino a distância pode não repassar aspectos essenciais da cultura institucional da corporação.

O ensino não pode ser apenas a transmissão dos conteúdos programáticos, mas a passagem de procedimentos e atitudes próprios de uma profissão única, baseadas em valores. Formar e forjar compete às escolas e academias militares, num ensino incompatível com o ensino a distância (Valla, [201-?]).

Desta feita, o ensino a distância dispensa o rigor técnico-jurídico que exige a difusão dos valores profissionais, comprometendo a missão e a investidura policial militar, em favor do modismo e em detrimento da formação e adestramento militar (Valla, [201-?]).

A disciplina é um modo de vida impassível de reprodução pelo ensino a distância. A presença nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização é indispensável, insubstituível por um modelo que não se comprometa com os objetivos da corporação (Valla, [201-?]).

Outro argumento contrário ao ensino a distância é a falta de interação entre aluno e professor bem como entre alunos, considerando-se a estrutura da modalidade, que inviabiliza a troca de experiências, indispensáveis em determinados cursos.

3.1.2 QUALIDADE DO EAD

Há outros argumentos contrários que dão conta de policiais militares que se submeteram a cursos a distância na seara privada com referenciais de qualidade duvidosos e não tiveram uma boa experiência, ficando com uma má impressão a respeito da modalidade. Isto decorre da grande oferta de ensino a distância, mas que não atende aos requisitos mínimos de qualidade (Costa, 2017).

É fato que com a expansão e popularização da Internet na década de 90, o ensino a distância ganhou uma proporção de relevância. Desta forma, esta modalidade de ensino se difundiu, atingindo maior número de pessoas na busca de capacitação, não restritas à sociedade civil, mas abrangendo também instituições privadas e públicas (Costa, 2017).

Nem todos os cursos que surgiram seguem regras de qualidade, fazendo com que a experiência nem sempre seja satisfatória, disseminando-se um ranço e um preconceito em razão de ineficiência do serviço prestado.

3.1.3 RESISTÊNCIA AO EAD

Há, também, uma significativa parcela de pessoas que resiste aos avanços tecnológicos, imputando ao ensino a distância um grande preconceito, mesmo sem conhecê-lo (Costa, 2017).

Ainda sobre a resistência à tecnologia, há uma parcela da corporação que não sabe lidar com ferramentas de informática, motivo pelo qual não quer aprender pelo meio do ensino a distância.

Aspecto negativo passível de apontamento é a resistência dos professores quanto ao ensino a distância, pela ameaça de perda de espaço (Rocha, 2006).

3.1.4 LOGÍSTICA

No tocante à logística do ensino a distância, a estrutura exige profissionais especialmente qualificados, tais como programadores, operadores de rede, designers, diagramadores, pedagogos, tutores, profissionais especializados em ensino a distância (Costa, 2017). Há necessidade de adequação destes profissionais na estrutura de ensino sob pena de fracasso das atividades.

Para os que fazem uso do MOODLE, por ser uma ferramenta gratuita, há limitações técnicas, tais como dificuldades de operação por parte do usuário, bem como do professor, que não terá como aplicar conteúdo de forma dinâmica, sem grandes instrumentos para avaliação, aplicação de trabalhos ou consultoria especializada (Santos, 2013).

Há possibilidade de utilização de outras alternativas ao MOODLE, porém com custo adicional, possibilitando uma gama de ferramentas importantes ao aluno e ao professor (Santos, 2013).

3.2 ARGUMENTOS A FAVOR

3.2.1 AUSÊNCIA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Um dos argumentos a favor diz com a possibilidade de realizar cursos sem dedicação exclusiva, fazendo com que policiais militares não sejam afastados de suas funções.

Ainda neste interm, o ensino a distância se mostra adequado como ferramenta capaz de conciliar a educação à impossibilidade de ausência na atividade fim por parte dos policiais militares, em face da natureza do serviço prestado (Costa, 2017).

Existe um impacto social e nos índices criminais em razão dos cursos ministrados na modalidade a distância, por não retirar os policiais militares alunos das ruas (Costa, 2017).

A frequência a cursos de especialização da carreira superior, obrigatória para a ascensão funcional, agrava a falta de Oficiais, causando prejuízos à segurança pública, no que concerne à reestruturação de recursos humanos, gerando um acúmulo de funções para o Oficial que executará as funções do Oficial afastado, pois nem sempre haverá “vontade” e “aptidão” para a função (Lara, 2013).

Não há necessidade de afastamento total nos cursos de CAAPM e CEGESP na Brigada Militar pela viabilidade de utilização do ensino a distância, na modalidade semipresencial, tendo em vista a possibilidade de realização independente de local geográfico e tempo (Lara, 2013).

3.2.2 POUCA ALTERAÇÃO DE ROTINA

Ainda, tal modalidade permite, que o policial militar participe do curso sem precisar se afastar de suas funções. Os cursos a distância não desestruturam as famílias. Os cursos presenciais, em sua maioria, são executados na Academia de Polícia Militar e os policiais militares oriundos do interior são forçados a se deslocar e interromper temporariamente o convívio com os seus, modificando a rotina já estabelecida no seio familiar para poder realizar um curso (Lara, 2013).

Ainda, não há que se duvidar que muitos policiais militares não se afastam efetivamente das suas funções, respondendo indiretamente, tomando decisões e assessorando seus comandos a distância, através de telefonemas e e-mails (Lara, 2013).

3.2.3 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O ensino a distância oportuniza conhecimento através de uma ferramenta eficiente, dando acesso à aprendizagem de uma forma que desconsidera barreiras geográficas e de tempo. Denomina-se esta característica do ensino a distância de capilaridade da educação, pois é capaz de irradiar-se a locais nos quais o ensino convencional não chegaria (Polícia Militar de Minas Gerais, [201-?]).

Ainda nesta esteira, o ensino a distância democratiza o acesso às informações. O ensino a distância dá oportunidades e possibilidades de formação, qualificação e

aperfeiçoamento a pessoas que não as tinham num ensino tradicional, quer por questões geográficas, quer por questões de tempo (Polícia Militar de Minas Gerais, [201-?]).

O ensino a distância permite a diminuição de desigualdades e déficits educativos que ocorrem dentro de uma mesma corporação (Santos, 2013).

3.2.4 PADRONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Outro aspecto positivo é a disseminação do conhecimento de forma padronizada e única do conteúdo a todos os alunos. Neste sentido, combate-se as possíveis deficiências de uma aula presencial, inclusive, por insuficiências do aluno.

Mais um ponto a ser observado é o nivelamento do aluno. Se o aluno souber o conteúdo mínimo exigido, o professor poderá continuar seus ensinamentos. Já se não souber, terá o professor que complementar o conteúdo a fim de conseguir dar sequência na instrução. O desnivelamento, portanto, pode ser um obstáculo nas aulas presenciais, o que não acontece nas aulas a distância, por não se oportunizar interrupção, devendo o aluno ir ao encontro do conhecimento que lhe falta (Santos, 2013).

A implantação do ensino a distância permite que haja a periodicidade regular dos cursos disponibilizados, característica esta que não ocorre na modalidade presencial, pois está sujeita a diversos fatores, inclusive de disponibilidade de recursos financeiros, tão escassos atualmente (Rocha, 2006).

4. A EXPERIÊNCIAS EM EAD NA SEGURANÇA PÚBLICA

4.1 ENSINO A DISTÂNCIA NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

Conforme já mencionado, as polícias militares do Brasil estão se adequando à necessidade de prover formação e qualificação do seu efetivo de forma contínua, valendo-se do ensino a distância.

A Polícia Militar do Estado do Paraná desenvolve o ensino a distância através da Diretoria de Ensino, desde 2013, e possui plataforma através do MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), um software livre e gratuito que possibilita a realização de cursos on-line (Santos, 2013).

De acordo com Lira (2016, apud BERBEL, ROSAS e RIBEIRO, 2015), o ensino a distância na Polícia Militar do Estado de São Paulo iniciou-se em 1998, através da Instrução Continuada de Comando (ICC). Em 1999 foi criada a Seção de EAD, suprimida pela Seção de Tecnologia Educacional da Diretoria de Educação e Cultura. Atualmente a Polícia Militar do Estado de São Paulo utiliza amplamente a modalidade de ensino a distância, dispondo de normas legais bem como um curso de formação de tutores na própria instituição.

Oferece ensino a distância através da Academia de Polícia Militar do Barro Branco e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Pereira, 2011).

Conforme pesquisa no site de ensino a distância, também desenvolvem o Estágio de Atualização Profissional, Administração e Organização Financeira, Treinamento Periódico para Revalidação de Habilitação para Vão, Treinamento para Formação de Tutores em

EadPM, Capacitação de Atendente do 190, dentre outros. Utilizam a plataforma MOODLE (Polícia Militar do Estado de São Paulo, [2018]).

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina prevê o ensino a distância nas suas Normas Gerais de Ensino, de 2012, conforme segue:

Art. 9º. Entende-se por atividades de ensino presencial ou a distância na Corporação aquelas que, pertinentes ao conjunto integrado e indissolúvel do ensino e da pesquisa, realizam-se na DIE, nos órgãos de apoio e execução do ensino, bem como em outras Organizações Policiais Militares que recebam incumbência de exercer atividades de ensino.

[...]

Art. 130. Poderá ser adotada a modalidade de ensino a distância para as atividades de ensino na PMSC (Neto, 2012).

Conforme resposta à entrevista estruturada, utilizam tal modalidade de ensino desde 2006, já tendo sido formados 4.881 alunos nos cursos de Formação de Cabos, Curso de Formação de Sargentos, Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Curso Superior de Polícia, Curso de Formação de Soldados e cursos de especialização para as atividades especializadas.

No Corpo de Bombeiro Militar de Alagoas, no Curso de Formação de Praças e no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos e Especialistas (CHOAE), ambos realizados em 2010, houve uma grade curricular mista, com disciplinas presenciais gerenciadas pelo CBMAL e disciplinas a distância, através da Rede Ead-SENASP, módulo Academia, que possibilitou a formação de turmas fechadas. Em 2011, no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos foi utilizada a plataforma MOODLE, com Ambiente Virtual de Aprendizagem do Corpo de Bombeiro Militar de Alagoas (Lira, 2016).

A Polícia Militar do Estado da Paraíba possui um núcleo de educação a distância, disponibilizando diversos cursos, tais como Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais, Curso de Habilitação de Sargentos, Curso de Habilitação de Cabos, Curso de Enfrentamento à Violência Doméstica (Neto, 2012).

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro possui a Escola Virtual desde 2013, que é uma seção do Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança, dispondo de policiais militares capacitados na área de ensino e tecnologia. Tem por objetivo viabilizar novos caminhos na formação, aperfeiçoamento e capacitação dos policiais militares através de recursos e tecnologias disponíveis em benefício da aquisição e ampliação de conhecimentos voltados não só para a profissão policial militar, mas também para o cidadão (Polícia Militar do Estado do Rio De Janeiro, 2018).

Conforme resposta à entrevista estruturada, atualmente, ministram por meio de EaD o Ciclo Diretivo de Atualização do Profissional de Segurança Pública, Curso de Investigação Pericial Criminal, Curso de Atualização de Técnicas de Polícia Judiciária Militar, Curso Expedido de Auxiliar de Tesouraria, Curso de Aperfeiçoamento de Sargento, Curso Especial de Formação de Sargentos, Curso Especial de Sargentos da Área de Saúde, Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da Área de Saúde, Cursos de Atualização e Capacitação Continuada, dentre outros, já tendo sido instruídos mais de 55.000 policiais militares.

De acordo com entrevista estruturada, a Polícia Militar do Distrito Federal utiliza o ensino a distância desde 2015, já tendo sido instruídos mais de 3.015 discentes.

São oferecidos cursos de especialização tais como Direitos Humanos, Condutor de Veículos Policiais Militares, Curso de Formação de Tutores e Curso de Formação de Conteudistas, bem como cursos de carreira tais como Curso de Formação de Oficiais, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Curso de Altos Estudos para Oficiais, Curso de Aperfeiçoamento de Praças, Curso de Altos Estudos para Praças.

4.2 A EXPERIÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

Em 14 de julho de 2017 foi publicada, em Diário Oficial do Estado, a Lei Complementar nº 15.008 de 13 de julho do mesmo ano, que dispõe sobre o período e as regras de transição com vista à estruturação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências e altera a Lei nº 4.914, de 31 de dezembro de 1964, que reorganiza os Quadros de Pessoal do Estado, estabelece novo sistema de classificação de cargos e dá outras providências.

Em 11 de janeiro de 2018, findou-se o prazo de transição estabelecido em lei e o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul é um Órgão de Segurança Pública, instituição totalmente independente.

Em visita informal ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, obteve-se a informação de que, em outubro de 2017, foi formulado o Termo de Cooperação entre o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e Rio Grande do Sul com a finalidade de promover cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento entre ambas. Tal termo de cooperação proporcionou a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficial Bombeiro Militar - CAOBM, através do Edital CAO BM 2017/2018 – nº 24 COEI/CBMRO.

Na ocasião, foi entregue o edital, no qual foram disponibilizadas 21 vagas para o Corpo de Bombeiros Militar do nosso Estado. A carga horária total do curso previa 610 horas-aula na modalidade de ensino a distância, capacitando-os para o exercício de funções que exijam o curso como requisito, desenvolvendo o aprimoramento intelectual e profissional do militar, habilitando para o posto de major. Após cinco meses de curso, em abril de 2018, formaram-se os capitães no CAOBM, modalidade a distância, em parceria com CBMRO.

Apesar de recente a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, em 7 de maio de 2018, de forma inédita, iniciou o Curso Técnico em Segurança Pública - Bombeiro Militar na modalidade de ensino a distância.

O referido curso foi elaborado de acordo uma série de políticas implementadas pelo Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, atendendo ao prescrito na Portaria SSP nº 052, de 2015, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que determina a priorização do ensino a distância pelos órgãos de ensino vinculados à secretaria.

Conforme reposta à entrevista estruturada, soube-se que a plataforma foi criada por bombeiros militares, que também são responsáveis pela sua manutenção, havendo apenas os custos de aluguel de um servidor (PROCERGS) custeado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Atualmente, o Curso Técnico de Segurança Pública QPBM está em andamento na modalidade a distância, já tendo sido concluídas disciplinas tais como Direito Constitucional, Fundamentos Jurídicos do Serviço de Bombeiro Militar, Documentação Técnica, Informática aplicada à função, dentre outras. O curso é integralmente a distância, sendo a prova presencial.

O aluno possui autonomia para escolher o horário em que realizará o curso, no entanto, não poderá causar prejuízo às suas funções.

O Corpo de Bombeiros Militar prevê o pagamento de gratificação de magistério aos tutores do curso.

5. A EXPERIÊNCIA NA BRIGADA MILITAR

5.1 O COMANDO RODOVIÁRIO DA BRIGADA MILITAR E O ENSINO A DISTÂNCIA

O Comando Rodoviário da Brigada Militar desenvolveu ensino a distância de seu efetivo em razão da sua defasagem, bem como pela expansão dessa modalidade de ensino (Pagliarini, 2014).

Em 2007, o Comando Rodoviário implementou o gerenciamento operacional e administrativo de suas atividades, em módulo próprio, cadastrando todas as rotinas do comando. Foi na época o Major Dinoh Ramos Araújo, integrante da 2ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar, quem repassou às mãos do Sargento Clayton Vígano Pinter, programador do Comando Rodoviário, um protótipo de ensino a distância tendo por base a plataforma TELEDUC. A plataforma TELEDUC foi atualizada e hospedada de forma precária em servidor privado, entretanto, não foi implementada (Lara, 2013).

De 2007 a 2011 o Comando Rodoviário concentrou os esforços em aprimorar a base de gerenciamento operacional, inserindo o georreferenciamento, relatórios e gráficos instantâneos, culminando com a certidão de ocorrência on-line, gerada pela primeira vez em 8 de junho de 2011, já sendo utilizada pelos cidadãos com a emissão de mais de 15.000 certidões (Lara, 2013).

Em agosto de 2011 foi reativado o projeto de ensino a distância no Comando Rodoviário da Brigada Militar, quando houve reunião entre os Chefes de 3ª Seção dos Batalhões Rodoviários para a organização de um grupo de trabalho com a finalidade de por em prática tal modalidade de ensino (Pagliarini, 2014).

Por conseguinte, foi feito um planejamento de ensino, com base no Curso de Qualificação Profissional e Curso de Qualificação em Policiamento Rodoviário, com a participação de professores das temáticas trabalhadas, com o objetivo de elaborar o programa de matéria e objetivos dos cursos na modalidade a distância (Pagliarini, 2014).

O Comando Rodoviário da Brigada Militar escolheu como plataforma o MOODLE e a PROCERGS como hospedeira do site, ocorrendo a assinatura do contrato de prestação de serviços em 18 de maio de 2012 (Pagliarini, 2014).

Em 15 de agosto de 2012 a PROCERGS entregou ao Comando Rodoviário da Brigada Militar a plataforma de ensino a distância. A primeira experiência do CRBM em ensino a distância foi o Curso Básico de Policiamento Rodoviário, iniciado em 27 de agosto de 2012, idealizado como curso piloto para testar a nova ferramenta, destinado a instruir policiais militares transferidos ao Comando Rodoviário, objetivando instruir sobre rotinas de policiamento ostensivo rodoviário (Pagliarini, 2014).

O Curso de Qualificação Profissional na modalidade a distância foi realizado no Comando Rodoviário no ano de 2012 no período compreendido entre 1º a 30 de novembro, num total de 16 turmas, resultando aprovados 584 policiais militares, correspondente a 88% do efetivo matriculado (Pagliarini, 2014).

Tanto o Curso de Qualificação em Policiamento Rodoviário como o Curso de Qualificação Profissional na modalidade a distância foram autorizados pelo Chefe do Estado-Maior da Brigada Militar no ano de 2012 (Pagliarini, 2014).

Além do impacto financeiro da modalidade presencial, no Comando Rodoviário a execução do Curso de Qualificação Profissional gerava o afastamento do policial militar da sua fração, desguarnecendo o policiamento rodoviário por uma ou duas semanas (Pagliarini, 2014).

No que diz respeito à repercussão financeira do Curso de Qualificação Profissional no Comando Rodoviário da Brigada Militar, na modalidade ensino a distância em relação à modalidade presencial, temos que em 2011, na modalidade presencial foram despendidos R\$ 700.000,00 em diárias e R\$ 86.700,00 em gratificação de magistério para um total de 609 policiais militares, totalizando R\$ 1.149,56 por aluno instruído. Já no tocante à modalidade a distância, não houve gasto em diárias e o montante gasto com gratificação de magistério alcançou a cifra de R\$ 23.120,00, para um total de 584 policiais militares treinados, alcançando o valor de R\$ 39,58 por aluno.

O custo mensal para manutenção da plataforma à PROCERGS é de R\$ 1.243,24, totalizando R\$ 14.988,88 por ano (Pagliarini, 2014).

De acordo com resultado de entrevista estruturada, obteve-se a informação de que o custo atual mensal para a manutenção da plataforma é de R\$ 1.280,12, financiado pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens.

Já fizeram uso da plataforma de ensino a distância do Comando Rodoviário da Brigada Militar um total de 3.918 alunos, no Curso Básico de Policiamento Rodoviário, Plano Anual de Ensino Continuoado, Curso de Condutor de Veículo de Emergência e Curso Básico de Formação Policial Militar 2012/2013.

As provas são realizadas a distância, através de questionários com banco de questões. As questões das provas são randômicas, ou seja, cada aluno fará a sua prova com questões diferentes sobre a matéria, não havendo nenhuma prova igual a outra.

O Comando Rodoviário instituiu que os policiais militares que estiverem realizando curso serão dispensados durante o turno de serviço, por período não superior a três horas por semana, para se dedicar, exclusivamente, ao curso, no grupamento rodoviário ou seção a que pertencem, sob controle de seu Chefe ou Comandante imediato.

5.2 O CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DA BRIGADA MILITAR E O ENSINO A DISTÂNCIA

Conforme resultado de entrevista estruturada, descobriu-se que a plataforma do Centro de Formação de Condutores da Brigada Militar teve seu início em julho de 2014, sendo quinze turmas do Curso de Condutor de Veículos de Emergência e duas turmas do Curso de Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros.

Desde então, já foram formados 13.357 policiais militares nos cursos mencionados, habilitando-os para dirigir viaturas da Brigada Militar.

Os cursos possuem carga horária de 50 horas e as aulas são estruturadas por módulos, com acompanhamento de tutores, fóruns e mensagens. Os tutores percebem gratificação de magistério.

5.3 A EXPERIÊNCIA DO ENSINO A DISTÂNCIA NO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA BRIGADA MILITAR

Conforme resultado de entrevista estruturada, descobriu-se que o Departamento de Ensino da Brigada Militar passou a realizar o ensino a distância no ano de 2018, no Curso Básico de Administração Policial Militar e no Curso Técnico de Segurança Pública.

No Curso Básico de Administração Policial Militar foram ministradas, a distância, as disciplinas de Legislação Esparsa e Investigação Preliminar.

No Curso Técnico de Segurança Pública foram ministradas, a distância, as disciplinas de Policiamento de Trânsito V, Linguagem e Correspondência, Metodologia Científica e Mediação de Conflitos.

O ensino a distância capacitou aproximadamente a soma de aproximadamente 550 alunos. As disciplinas e respectivas avaliações foram realizadas totalmente a distância, por meio de questionários e de uma prova presencial.

As aulas foram estruturadas em módulos, com postagem de conteúdos programáticos bem como material complementar. As disciplinas tinham tutores que empregaram ferramentas como chat, fóruns, mensagens, quadro de avisos e questionários.

6. POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA BRIGADA MILITAR

Atualmente, a segurança pública tem enfrentado contratempos em todo o território nacional. Deve-se isto ao elevado crescimento da criminalidade, haja vista que diariamente surgem estatísticas alarmantes que demonstram o grave quadro da segurança pública no Brasil. E tal cenário tem sido bastante rebatido pela imprensa e sociedade civil organizada como forma de promover alternativas para frear o avanço da criminalidade. Eis que surge a atenção para a atividade policial de um modo geral.

Tem-se exigido da ação policial mais técnica e especialização e do policial maior capacidade de diálogo, tolerância e resolução de conflitos. O policial deve ser capaz de realizar reflexão crítica, agir com iniciativa e participação, com maior capacidade de decisão e em condições de contextualizar com os elementos presentes em cada atendimento (Rio Grande do Sul, 2004).

Para fazer frente à dinâmica social, há necessidade de qualificar o policial militar para o exercício de suas atribuições, no sentido de atualizar o perfil policial militar, aprimorando e sedimentando conhecimentos antes recebidos e agregando novos saberes (Rio Grande do Sul, 2017).

A flagrante necessidade de capacitação se depara com a carência de efetivo, cujos reflexos negativos se apresentam mais intensamente no policiamento ostensivo. De acordo com informação obtida pela Seção de Movimentação do Departamento Administrativo da Brigada Militar, em 24 de agosto de 2018, atualmente, contamos com 15.293 policiais militares para atender todo o Estado do Rio Grande do Sul, quando para tanto deveria haver 32.198 policiais militares.

Ausentar um policial militar de seu mister sabendo que não haverá substituto é uma realidade temerosa. Mesmo nas grandes cidades há situações em que funções são desempenhadas por um único policial militar, sem substitutos. Há cidades em que o número de brigadianos é tão ínfimo que o afastamento de um único policial militar já causa grandes transtornos administrativos e operacionais.

Portanto, nesse contexto, o ensino a distância pode servir de maneira ímpar para resolver um problema na efetividade do policial militar sem desguarnecer o policiamento ostensivo na sua comunidade, ainda que na modalidade semipresencial, atendendo a necessidade de realizar treinamento sem comprometer a prestação do serviço público.

Outro benefício do ensino a distância é a pouca alteração na rotina de vida das pessoas. Basta observar como funciona o Curso Básico de Administração Policial Militar, destinado a habilitar 1º sargentos ao posto de 1º tenente, com previsão de 960 horas-aula, desenvolvido nas escolas de formação da Brigada Militar, conforme edital. Logo, trata-se de um curso de extrema importância, porém, de elevada carga horária. Um curso, mesmo que desenvolvido na localidade em que o servidor resida, por si só já altera sua rotina de vida. Se o policial militar precisar se deslocar para a cidade da escola de formação, modificará bem mais, alterando toda uma estrutura da vida do policial militar. Além disso, há que se considerar também a mudança da rotina de trabalho do local onde o policial militar está lotado, pois sua ausência também trará implicações.

A utilização do EaD possibilita a regularidade no oferecimento de cursos, pois depois de estruturado, em face do baixo custo, é possível oferecê-lo com maior periodicidade em relação ao curso presencial. Observa-se que muitos cursos possuem poucas edições, deixando policiais militares na expectativa de sua realização, que não acontece por motivo de alta repercussão financeira do curso, em razão do pagamento de etapa alimentação aos alunos e gratificação de magistério aos instrutores, disponibilidade de Oficiais para serem instrutores bem como adequação do curso ao cronograma de atividades da Brigada Militar, dentre outros. A experiência do Centro de Formação de Condutores da Brigada Militar comprova este aspecto, visto que já houve diversas edições de forma regular dos cursos oferecidos.

Muitos Oficiais não se interessam na participação de cursos, tendo em vista o tempo de duração dos cursos e o afastamento de suas funções, que impossibilita a percepção de vantagens pecuniárias, tal como a gratificação por hora extraordinária, distanciando-os da

capacitação e qualificação. O EaD pode minimizar este efeito, pois alguns cursos podem ser desenvolvidos na modalidade a distância, permitindo sua frequência concomitante ao exercício das funções.

O que impacta sobremaneira a decisão da corporação fazer ou não um curso é a repercussão financeira. Um curso em razão da sua carga horária prevê o pagamento de etapa alimentação aos alunos e gratificação de magistério aos instrutores. Num curso a distância não há previsão de pagamento de etapa alimentação. Quanto à gratificação de magistério, pode ser paga ao tutor. Na Brigada Militar ainda não há um consenso sobre este assunto, conforme se observou nas entrevistas estruturadas encaminhadas ao Comando Rodoviário, que não paga, e ao Departamento de Ensino, que paga.

A importância de haver uma economia em matéria de ensino e treinamento na Brigada Militar é a correta utilização de recursos financeiros em cursos que só podem ser realizados na forma presencial, tal como Curso de Instrutor de Uso da Força, Curso de Especialização em Operações de Choque, a disciplina de Proteção Armada no PAEC, dentre outros.

Adiante serão trazidas novas possibilidades para a expansão do ensino à distância na Brigada Militar.

6.1 EAD NO PLANO ANUAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

O treinamento é responsável pela qualificação e aperfeiçoamento do efetivo, capaz de garantir como resultado a excelência na prestação do serviço. Conforme normatização da Brigada Militar, o treinamento técnico-profissional é capaz de desenvolver habilidades necessárias às suas atribuições, de caráter continuado e sistêmico, através do Plano Anual de Educação Continuada.

O Plano Anual de Educação Continuada, portanto, é a forma de treinamento no qual o policial militar realizará as disciplinas de Uso da Força e da Arma de Fogo, Suporte Básico da Vida, Boletim de Ocorrência e Termo Circunstanciado, Abordagem Policial e Defesa Pessoal, com ênfase ao uso do Bastão BPE/61, num total de 50 horas aula.

De acordo com o observado no capítulo 4, diversas polícias militares utilizam o ensino a distância para atualização do efetivo, tais como a Polícia Militar do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina.

Neste sentido, uma possibilidade viável é a utilização do ensino a distância no Plano Anual de Educação Continuada, abrangendo um número significativo de policiais militares visto que todo o efetivo da corporação é submetido a este treinamento. Diante da informação prestada pelo Comando Rodoviário, que utiliza o ensino a distância no PAEC desde 2012, as disciplinas de suporte básico da vida, boletim de ocorrência (TC/COP) e direção defensiva são desenvolvidas a distância, enquanto que proteção armada e defesa pessoal são desenvolvidas na modalidade presencial.

A consequência da utilização do ensino a distância no PAEC é a possibilidade de permanência de emprego dos policiais militares nas suas atividades, tendo em vista que não são afastados para o treinamento. E neste caso, o policiamento ostensivo é que terá os reflexos mais positivos.

A informação obtida pelo Comando de Policiamento da Capital esclarece que em 2017, 1.207 policiais militares participaram do Plano Anual de Educação Continuada, de um total de 1.501 policiais militares existentes, representando 80,41 % do efetivo.

Se o Plano Anual de Educação Continuada contemplasse 10 horas de treinamento a distância, tomando por base os dados do ano de 2017, chegaríamos a um montante, no Comando de Policiamento da Capital, de 12.070 horas em policiamento ostensivo.

Desta forma, fica evidente que a utilização do ensino a distância no Plano Anual de Educação Continuada terá uma repercussão muito positiva no emprego de policiais militares no policiamento ostensivo.

6.2 EAD NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Uma outra possibilidade bastante viável para ampliar o ensino a distância na Brigada Militar é sua utilização em cursos de especialização eminentemente teóricos, cujo conceito está expresso na Lei Estadual nº 12.349 de 26 de outubro de 2005.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, dentre os diversos cursos que oferece na modalidade a distância, ministra o Curso de Atualização de Técnicas de Polícia Judiciária Militar, a exemplificar uma das possibilidades que poderiam ser utilizadas na nossa corporação.

A Brigada Militar possui cursos tais como Polícia Judiciária Militar, Curso de Gestão Orçamentária, Curso de Polícia Comunitária, dentre outros, que poderiam ser desenvolvidos a distância, valendo-se de todos os benefícios que a modalidade contempla, oportunizando a qualificação.

Há uma grande resistência em relação a tal implementação, tendo em vista que um dos argumentos contrários ao ensino a distância que mais repercute é a falta de interação entre aluno e professor bem como entre alunos, haja vista a estrutura da modalidade, o que inviabiliza a troca de experiências, indispensáveis em determinados cursos.

Mas há que se destacar que se este for o argumento para a sua não implementação, uma forma de minimizar este efeito é a realização de curso na modalidade semipresencial, que oportunizaria o debate, a troca de experiência e a interação.

6.3 EAD EM CURSOS DE NIVELAMENTO

Surge também como alternativa para a expansão do ensino a distância na Brigada Militar sua utilização em cursos de nivelamento prévio à assunção de função, tal como acontece no Comando Rodoviário ao oferecer o Curso Básico de Policiamento Rodoviário, obrigatório aos que se apresentam no referido comando.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo desenvolve o Curso de Finanças Públicas na modalidade a distância, conforme observação no site, com objetivo de capacitar praças para o desempenho de atividades de assessoria técnica no campo das finanças públicas.

A estrutura administrativa da Brigada Militar, atividade de apoio à operacionalidade, é vasta e por vezes complexa. Basta pensar no extenso rol de atividades desenvolvidas pelos departamentos da Brigada Militar, tais como o de Logística e Patrimônio e o Administrativo, que carecem de uma capacitação específica e periódica.

Outrossim, os batalhões de polícia militar também possuem sua estrutura administrativa, não menos complexa, carecendo de capacitação específica. Acredita-se ser necessário o desenvolvimento de cursos para o desempenho de tais funções, tal como a 4ª seção dos batalhões de polícia militar, responsável pela manutenção de viaturas, compras, carga de material bélico, dentre outros.

Aspecto importante a ser salientado é que o desempenho das funções administrativas é transmitido pessoalmente, ou seja, quando da assunção de determinada função pelo servidor, não há, via de regra, cartilhas, manuais, procedimentos padrão a auxiliar o desenvolvimento de funções administrativas. No entanto, há diversas situações em que a passagem da função fica prejudicada, quando a vacância da função se dá antes da assunção de um novo servidor. Tal situação não é incomum, mas causa um sério transtorno administrativo.

Na intranet na Brigada Militar, o Departamento Administrativo disponibiliza tutoriais e vídeo-aulas sobre o Sistema Recursos Humanos do Estado e Sistema Processos Administrativos, acessível a todo policial militar, instruindo acerca de assuntos da rotina de serviço administrativo, a exemplificar a importância de capacitar o efetivo para rotinas administrativas.

Tais cursos, ainda, podem ser utilizados para atualização e reciclagem do efetivo, com objetivo de reforçar conceitos e padronizar condutas nas atividades de apoio. Isto porque o PAEC possui um currículo fixo que realiza o treinamento para a atividade fim. No entanto, parte do efetivo da Brigada Militar desenvolve outras atribuições diariamente, não afetas à atividade fim e que, portanto, exigem capacitação específica.

Neste sentido, a Brigada Militar pode desenvolver o ensino a distância para abranger a capacitação e aperfeiçoamento das rotinas administrativas, com objetivo de qualificar seu efetivo para a execução de suas funções.

7. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou obter uma visão geral de como a Brigada Militar está desenvolvendo o ensino a distância e a possibilidade de ampliação dessa modalidade.

A importância do trabalho se verifica em razão da reflexão sobre a utilização da modalidade de ensino a distância na Brigada Militar, já consolidada no país e utilizada por muitas polícias militares no ensino e treinamento de seus efetivos.

De um modo geral, foi possível identificar uma crescente experimentação da Brigada Militar no ensino a distância, que iniciou sua prática com o Comando Rodoviário em 2012, posteriormente se expandiu através do Centro de Formação de Condutores e, mais recentemente, a Brigada Militar está desenvolvendo o ensino a distância em algumas disciplinas do Curso Básico em Administração Policial Militar e Curso Técnico de Segurança Pública.

Fazendo um retrospecto do que foi abordado no presente artigo, foi trazido o conceito legal no Brasil, expresso pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que estabeleceu que o ensino a distância é modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos

processos de ensino e aprendizagem prevê a com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

O objetivo geral foi propor a ampliação do ensino a distância na Brigada Militar. Os objetivos específicos foram analisar a legislação de ensino na Brigada Militar; analisar os pontos negativos e positivos do ensino a distância nas polícias militares; apresentar experiências exitosas em outras polícias militares e no Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul; apresentar as experiências em ensino a distância na Brigada Militar e, por fim, analisar possibilidades de ampliação na Brigada Militar.

No capítulo segundo foi trazida a legislação estadual que institui o ensino na Brigada Militar e as normas institucionais que tratam do assunto, evidenciando as formas de capacitação adotadas pela corporação. À exceção dos dois artigos que mencionam o ensino a distância na Portaria 672/EMBM/2017, constatou-se a ausência de previsão quanto à adoção da modalidade a distância, possibilitando de sua utilização em todas as formas previstas de ensino e treinamento, à exceção dos cursos de formação, tendo em vista a expressa vedação da Portaria SSP nº 052 de 2015.

No capítulo terceiro foram trazidos os principais aspectos positivos e negativos reputados ao ensino a distância nas polícias militares. A exigência de presença nos cursos de formação da carreira policial militar; a má qualidade em cursos a distância; a resistência do público alvo à tecnologia do EaD e a necessidade de logística para estruturar a modalidade sob pena de fracasso são apontados como aspectos negativos. Em contrapartida, como aspectos positivos da modalidade, foi trazida a ausência de dedicação exclusiva, permitindo a frequência no curso sem o afastamento das funções; pouca alteração na rotina de vida do discente; democratização do conhecimento, na medida em que afasta óbices geográficos e de tempo, e a padronização do conhecimento, pelo oferecimento de uma aula única a todos os alunos bem como pela regularidade na realização dos cursos a distância.

No quarto capítulo foram abordadas experiências nas Polícias Militares do Estado de Santa Catarina, Distrito Federal, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, exemplificando os cursos por eles desenvolvidos. Foi explanada também sobre a experiência no Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul no ano de 2018, que, de forma bastante inovadora, haja vista recente desvinculação com a Brigada Militar, oferece o Curso Técnico de Segurança Pública QPBM na modalidade a distância. O Curso Avançado para Oficial Bombeiro Militar foi igualmente realizado a distância, porém, em parceria com o Corpo de Bombeiros de Roraima.

Na sequência, foi posta a experiência do Comando Rodoviário que, desde 2012, desenvolve o Plano Anual de Educação Continuada e o Curso Básico de Policiamento Rodoviário na modalidade a distância; do Centro de Formação de Condutores, que desenvolve desde 2014 o Curso de Condutores de Veículos de Emergência e Curso de Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros e, por fim, do Departamento de Ensino que, desde de 2018, aplica o ensino a distância no Curso Básico de Administração Policial Militar e Curso Técnico de Segurança Pública.

Por derradeiro, foram trazidas as possibilidades de ampliação do ensino a distância na Brigada Militar, como no Plano Anual de Educação Continuada, oportunizando que

policiais militares recebam parte do treinamento a distância, sem se afastar de suas funções; cursos de especialização bem como cursos de nivelamento e atualização, possibilitando a instrução para desempenho de funções administrativas.

Há outras possibilidades de pesquisa do tema abordado visto que há poucos estudos investigando o tema. Pesquisa interessante diz com relação ao estudo comparado de normas regulamentares atinentes ao ensino a distância em outras polícias militares. Há também a possibilidade de investigar a percepção dos policiais militares que se submeteram ao ensino a distância na Brigada Militar com o intuito de verificar qual sua visão sobre o EaD, aproveitando as informações obtidas para auxiliar na melhora do processo de aprendizagem.

No transcorrer da pesquisa foram enfrentadas algumas dificuldades. Sem dúvida, a maior delas foi obter retorno das entrevistas estruturadas encaminhadas. Houve necessidade de entrar em contato com os destinatários, solicitando a remessa da entrevista, que foi encaminhada por e-mail, tendo em vista que já havia passado a data de solicitação de entrega. Mesmo assim, algumas entrevistas não foram respondidas, o que prejudicou a obtenção de dados para a pesquisa. A escassez de bibliografia abordando o ensino a distância na Brigada Militar também foi outro obstáculo enfrentado bem como ausência de norma institucional regulamentando o assunto a fim de padronizar normas de conduta na corporação. Ainda, não pode deixar de ser apontada como limitação da pesquisa, o curto espaço de tempo para seu desenvolvimento, compreendido entre o fim do Curso Avançado em Administração Policial Militar e a entrega do presente artigo.

Analizando o objetivo geral e específico, verificou-se que todos foram atendidos, na medida em que foi proposta a ampliação do ensino a distância na Brigada Militar bem como foram analisadas as legislações, apresentadas experiências em EaD em outras polícias militares e Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, apresentadas as experiências na Brigada Militar e foram levantadas possibilidades de expansão do EaD.

Por fim, flagrou-se a premente necessidade de se institucionalizar na Brigada Militar o ensino a distância, por meio de norma, munindo de segurança jurídica tanto quem oferece o ensino a distância como quem o utiliza.

Pode-se, portanto, afirmar que a Brigada Militar pode crescer em termos de capacitação e qualificação do efetivo, se expandir o ensino a distância. O avanço e a evolução em qualquer área temática devem nortear os passos da Brigada Militar. Não podemos ficar distantes de outras polícias militares que, por ousadia e arrojo, já trilham nesta seara demonstrando que os aspectos positivos do ensino a distância são preponderantes em relação aos negativos. É necessário ampliar o leque de opções em cursos a distância, inclusive, criando novos cursos, fomentando o Departamento de Ensino como centro de capacitação do ensino a distância na Brigada Militar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Institucional.** 2017. Disponível em: <http://portal.ead.senasp.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 28 maio 2018.

CARUSO, Haydée *et al.* **Educação a distância em Segurança Pública no Brasil:** um estudo sobre os efeitos Rede EAD-SENASP na trajetória dos seus discentes. Coleção Pensando a Segurança Pública, volume 7. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. páginas 215-256.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. [201-]. Disponível em: <http://www.cbm.rs.gov.br/historico>. Acesso em: 17 jun. 2018.

COSTA, Carlos Eduardo Oliveira da. **EAD como ferramenta para formação qualificação e capacitação continuada no RJ.** 2017. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/184.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LARA, Luis Olavo Vinícius de. **Percepção dos Oficiais da Brigada Militar sobre os cursos de especialização da carreira de nível superior:** proposta para gestão de ensino na modalidade semipresencial. Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2013.

LIRA, Luiz Augusto de Medeiros. **A educação a distância no Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas:** Estudo de Caso. 2016. Disponível em: <http://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/A-EDUCA%C3%87%C3%83O-A-DIST%C3%82NCIA-NO-CORPO-DE-BOMBEIROS-MILITAR-DE-ALAGOAS-ESTUDO-DE-CASO.-Luiz-Augusto-de-Medeiros-Lira.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

PAGLIARINI, Sérgio Nogueira. **Treinamento Continuado das forças policiais:** a implantação do Curso de Qualificação Profissional (CQP) na modalidade de ensino a distância no Comando Rodoviário da Brigada Militar – os reflexos na gestão administrativo-operacional. Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2014.

PEREIRA, Áderson Guimarães; ARAÚJO JR., Carlos Fernando de. **Análises preliminares de monografias:** ensino a distância da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.cantareira.br/thesis2/ed_15/3_aderson.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social.** Curitiba: Juruá Editora, 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **O treinamento a distância.** [201-?]. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/ctp/conteudo.action?conteudo=1933&tipoConteudo=itemMenu>. Acesso em: 17 jun. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. [201-]. Disponível em: <http://>

ev.pmerj.rj.gov.br/ead/#/home. Acesso em: 05 jul. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. [2018]. Disponível em: <http://ead.policiamilitar.sp.gov.br/moodle/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Diretriz Geral nº 11, de 28 de agosto de 2001.**

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Nota de Instrução de Ensino e Treinamento nº 01, de 25 de novembro de 2004.**

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Plano Anual de Educação Continuada, 2017.**

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Portaria 672/EMBM/2017, de 20 de julho de 2017.**

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.349, de 26 de outubro de 2005.** Institui o Ensino na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.349.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **Portaria SSP nº 052, de 19 de março de 2015.**

ROCHA, Marchezan Nacarato; BATISTA, Francisco Eudásio Ferreira. **EAD, solução para a carência de uma educação continuada na Polícia Militar do Estado do Ceará.** 2006. Disponível em: <http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc062.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

SANTOS, Joed Silva; ALMEIDA, Sandro Daniel; BLASIUS, Luciano. **Educação a distância no âmbito da Polícia Militar do Paraná.** 2013. Disponível em: <http://www.aprapr.aorg.br/wp-content/uploads/2013/06/EDUCA%C3%87%C3%83O-%C3%80-DIST%C3%82NCIA-NO-%C3%82MBITO-DA-POL%C3%8DCIA-MILITAR-DO-PARAN%C3%81.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

VALLA, Wilson Odirlei. **As falácias do ensino a distância.** [201-?]. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=673>. Acesso em: 07 jun. 2018.